

O MARCO JURÍDICO DAS ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS


SARUBBI CYSNEIROS
ADVOGADOS ASSOCIADOS



O Marco Jurídico das Organizações Religiosas

1ª Edição - 2019

.....

Diretor-Geral:

Mons. Jamil Alves de Souza

Coordenador:

Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira

Autores:

Emmanuel Maurício Teixeira de Queiros
Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira

João Paulo Amaral Rodrigues

Lucas Furtado de Vasconcelos Maia

Mateus Gonçalves Borba Assunção

Vanessa Martins de Souza

Vera Maria Barbosa Costa

.....

Revisão:

João Vitor Gonzaga

Vinicius Pereira Sales

Capa:

Erick Braian

Projeto Gráfico e Diagramação:

Henrique Billygran Santos de Jesus

Impressão e acabamento:

Paulus Gráfica

.....

.....

H895m Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira / O Marco Jurídico das Organizações Religiosas. Brasília: Edições CNBB, 2019.

268 p. : 17 x 24 cm

ISBN: 978-85-7972-735-1

1. Igreja Católica;
2. Estado;
3. Organizações Religiosas;
4. Direito Canônico.

CDU - 322

.....

Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão da CNBB.

Todos os direitos reservados ©

Edições CNBB

SAAN Quadra 3, Lotes 590/600

Zona Industrial – Brasília-DF

CEP: 70.632-350

Fone: 0800 940 3019 / (61) 2193-3019

E-mail: vendas@edicoescnbb.com.br

www.edicoescnbb.com.br

SUMÁRIO

Apresentação e Agradecimentos	9
--	----------

TÍTULO I – Estado, Direito e Religião	11
--	-----------

CAPÍTULO I – APONTAMENTOS GERAIS SOBRE A LAICIDADE DO ESTADO.....	11
CAPÍTULO II – A LIBERDADE RELIGIOSA: POSSIBILIDADES E LIMITES LEGAIS DE CONSTITUIÇÃO DE UMA “IGREJA”	17
CAPÍTULO III – PRONUNCIAMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL SOBRE A POSSIBILIDADE DE SE DEFINIR O QUE É RELIGIÃO	23
CAPÍTULO IV – DIREITO ECLESIAÍSTICO NA DOCTRINA JURÍDICA BRASILEIRA.....	29
CAPÍTULO V – SÍMBOLOS RELIGIOSOS EM ESPAÇOS PÚBLICOS.....	33

TÍTULO II – As Organizações Religiosas	37
---	-----------

CAPÍTULO I – ORGANIZAÇÃO RELIGIOSA: UMA TENTATIVA DE CONSTRUÇÃO CONCEITUAL	37
CAPÍTULO II – A COMPLEMENTARIEDADE ENTRE O DIREITO CANÔNICO, AS CONSTITUIÇÕES DOS INSTITUTOS RELIGIOSOS E OS ESTATUTOS CIVIS DAS ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS.....	41
CAPÍTULO III – ESTATUTOS DAS ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS: FINALIDADES E ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS	44

CAPÍTULO IV – ATIVIDADES ECONÔMICAS QUE PODEM SER DESEMPENHADAS POR ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS NOS TERMOS DA ORDEM JURÍDICA BRASILEIRA	60
CAPÍTULO V – POSSIBILIDADE DE CERTIFICAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS	65
CAPÍTULO VI – POSSIBILIDADE DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL DAS ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS PELOS ATOS DE SEUS MEMBROS	68
CAPÍTULO VII – PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO	98
CAPÍTULO VIII – RECONHECIMENTO DOS EFEITOS CIVIS DO CASAMENTO RELIGIOSO E HOMOLOGAÇÃO DAS SENTENÇAS ECLESIAÍSTICAS EM MATÉRIA MATRIMONIAL	110
CAPÍTULO IX – POSSIBILIDADE DE DOAÇÃO DE BENS PELO PODER PÚBLICO: HIPÓTESES DE DISPENSA DE LICITAÇÃO	117
CAPÍTULO X – POSSIBILIDADES DE DOAÇÕES EM FAVOR DE ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS MEDIANTE INCENTIVOS FISCAIS	122

TÍTULO III – Os Membros das Organizações Religiosas 131

CAPÍTULO I – A RELAÇÃO ENTRE OS RELIGIOSOS E AS ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS. O FENÔMENO DA REMUNERAÇÃO DOS RELIGIOSOS E A POSSIBILIDADE LEGALMENTE PREVISTA DE GASTOS COM AJUDA DE CUSTO EM RAZÃO DO MISTER RELIGIOSO E DA SUBSISTÊNCIA DOS RELIGIOSOS	131
CAPÍTULO II – TRABALHO VOLUNTÁRIO EM FAVOR DE ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS	140
CAPÍTULO III – PLANO DE SAÚDE COLETIVO PARA MEMBROS DAS ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS	143
CAPÍTULO IV – DIREITO À ASSISTÊNCIA ESPIRITUAL EM ESTABELECIMENTOS DE INTERNAÇÃO COLETIVA.....	147
CAPÍTULO V – O VISTO PARA MINISTROS DE CONFISSÃO RELIGIOSA.....	157

TÍTULO IV – A Questão Tributária e Temas Correlatos..... 161

CAPÍTULO I – AS IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS DAS INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SEM FINS LUCRATIVOS E SUA REGULAMENTAÇÃO.....	161
---	-----

CAPÍTULO II – OUTRAS IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS.....	201
CAPÍTULO III – AS ISENÇÕES TRIBUTÁRIAS APLICÁVEIS ÀS ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS	216
CAPÍTULO IV – CONTRIBUIÇÃO SINDICAL.....	221
CAPÍTULO V – O MINISTRO DE CONFISSÃO RELIGIOSA COMO SUJEITO PASSIVO DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA. IMPOSTO DE RENDA DE PESSOA FÍSICA.....	230
CAPÍTULO VI – A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO MINISTRO DE CONFISSÃO RELIGIOSA	233
Acordo Brasil-Santa Sé (Decreto n. 7.107, de 11 de fevereiro de 2010).....	238
ACORDO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A SANTA SÉ RELATIVO AO ESTATUTO JURÍDICO DA IGREJA CATÓLICA NO BRASIL.....	239

Seleção de Julgados e Decisões

Administrativas Relevantes 245

COLETÂNEA DE PRECEDENTES ADMINISTRATIVOS E JUDICIAIS.....	245
---	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 259